

FHC condiciona novos gastos à taxaço de fundos

Fim da imunidade de entidades de previdência privada garantiria R\$ 4 bi extras ao Orçamento

MARIÁNGELA GALLUCCI
e LILIANA LAVORATTI

BRASÍLIA – São cada vez maiores as chances de o governo ganhar no Supremo Tribunal Federal (STF) a batalha para cobrar tributos dos fundos de pensão. Deverá sair nos próximos trinta dias a decisão final contra a imunidade tributária dessas entidades de previdência privada, uma pendência judicial que se arrasta há dez anos e poderá render aos cofres da União cerca de R\$ 4 bilhões no próximo ano.

Esse dinheiro é fundamental para Congresso e governo alcançarem um adicional de receitas de R\$ 6 bilhões para custear o aumento do salário mínimo de R\$ 180 para R\$ 200 e ampliar outras despesas no Orçamento de 2002. O relator-geral do Orçamento de 2002, deputado Sampaio Dória (PSDB-SP), aposta que o Supremo vai decidir até novembro contra a imunidade tributária dos fundos de pensão.

De acordo com um ministro do Supremo que participa do julgamento de um recurso envolvendo o governo do Distrito Federal e a Fundação de Seguridade Social dos Sistemas Embrapa/Embrater (Ceres), e que servirá de base para casos semelhantes, "não cobrar impostos dos fundos é um absurdo". A mesma fonte lembrou que esses fundos possuem patrimônios elevados, incluindo supermercados, prédios inteiros, shopping centers, entre outros empreendimentos.

Até agora, oito dos dez ministros do Supremo que vão decidir essa pendência judicial já votaram. Quatro favoráveis à cobrança dos tributos e os outros quatro contrários. O julgamento deve ser decidido pelos ministros Moreira Alves, o decano do Tribunal e que durante o julgamento já deu sinais de apoiar a posição do governo, e a ministra Ellen Gracie, que deverá votar a favor da tributação, segundo especulações correntes no Supremo.

Empate – Há, no entanto, um risco pequeno de o julgamento terminar empatado, porque o ministro Nelson Jobim disse que está impedido de votar por ter advogado no passado para os fundos de

pensão. Caso isso ocorra, acredita-se que o Supremo não convocará um ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para desempatar, como era previsto. A saída seria dar ao presidente, Marco Aurélio, o direito de votar duas vezes. Como Marco Aurélio votou contra o governo, nesse caso o julgamento acabaria em seis a quatro a favor dos fundos.

Acordo – O dinheiro para o pagamento dos tributos, caso os fundos percam a ação no Supremo, já está provisionado. É algo entre R\$ 9 bilhões e R\$ 12 bilhões, que se transformariam em cerca de R\$ 7 bilhões. A redução se deve ao desconto de multas e juros de mora, termos do acordo em negociação há vários meses entre o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, o ministro da Previdência Social, Roberto Brant, e os dirigentes dos principais fundos de pensão. Como parte dos tributos é transferida para Estados e municípios, estima-se que sobriam líquidos para o governo federal cerca de R\$ 4 bilhões.

Diante do aperto adicional nos gastos exigido no novo acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), das perspectivas de crescimento menor da economia e das pressões dos partidos para aumento de gastos em ano eleitoral, o acordo com os fundos se trans-

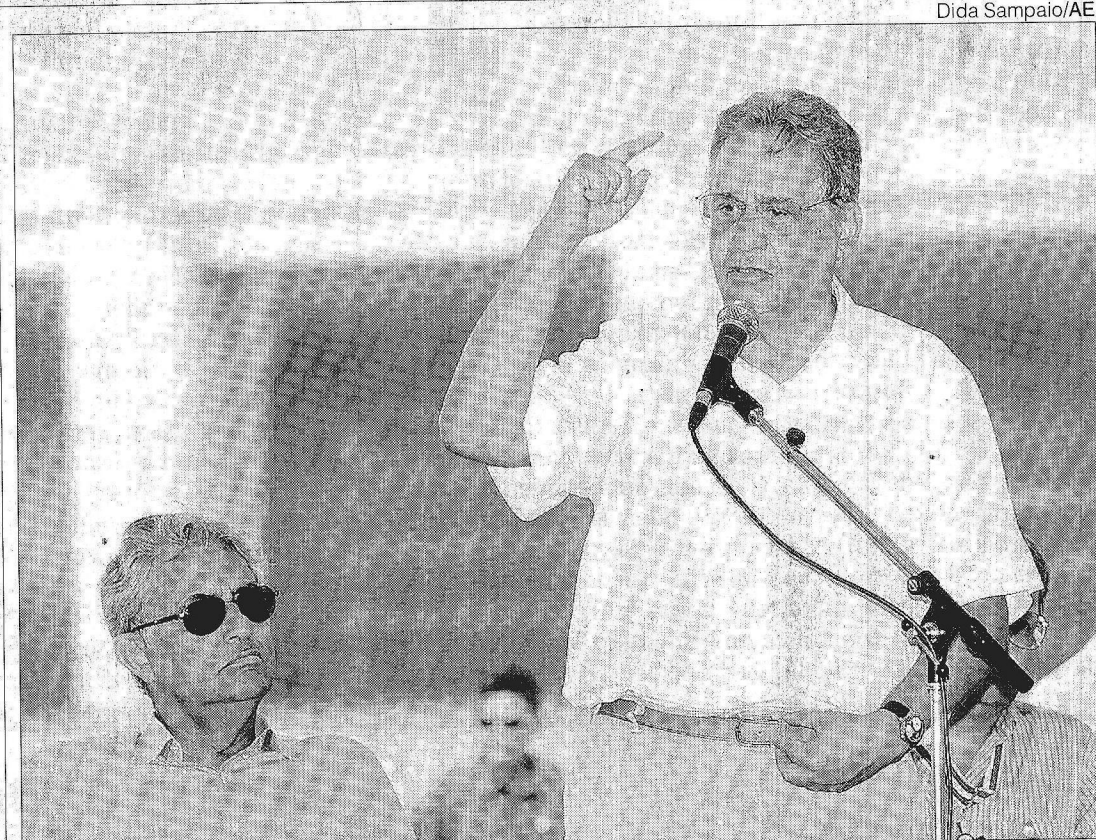
DECISÃO DO SUPREMO DEVE SAIR ATÉ NOVEMBRO

formou na fonte de receitas extras mais consistente entre as cogitadas até agora.

Na avaliação do relator-geral, se a decisão for pela não imunidade, deslança a medida provisória que garante a tributação especial do IR para os fundos daqui para frente. Com isso, o governo federal espera recolher no próximo ano cerca de R\$ 700 milhões relativos ao fluxo do IR dessas entidades de previdência. Esses recursos, somados a outros R\$ 2 bilhões oriundos da nova estimativa das receitas, daria para fechar os R\$ 6 bilhões adicionais almejados pelos congressistas. Esse montante, no entanto, fica muito aquém dos R\$ 15,5 bilhões de gastos extras pleiteados pelos partidos.

As fontes alternativas de recursos serão discutidas pelo comitê especial de receitas da Comissão Mista de Orçamento com Everardo Maciel. "De agora em diante o maior desafio para Congresso e Executivo é fechar um Orçamento realista", afirmou Dória.

Dida Sampaio/AE



Fernando Henrique, em Palmas: "Não sou megalomaniaco nem gosto de ver as coisas cor-de-rosa"